

Resumo O texto começa por contextualizar a questão da economia contemporânea na sua dupla vertente de globalização capitalista desregulada e de financeirização crescente e seus efeitos em termos de perda de qualidade de vida humana, pobreza e exclusão social para largos sectores de população. Destacam-se os obstáculos com que deparam os países emergentes para erradicarem a grande pobreza e conseguirem um desenvolvimento humano e sustentável. Apontam-se as potencialidades e os desafios da economia do conhecimento.

Definido o contexto, afirma-se que existe uma relação intrínseca entre economia e cidadania real, para concluir que, se legitimamente aspiramos à cidadania, não poderemos descurar algum meio de controlo democrático sobre a economia e garantir que o crescimento desta se processe aos menores custos sociais e ecológicos e com equidade na repartição dos respectivos proveitos.

Segue-se a exemplificação de algumas iniciativas em ordem à construção de uma economia cidadã e, por último, uma referência ao contributo específico das mulheres no sentido da edificação de uma economia cidadã.

Palavras-chave cidadania; economia; desenvolvimento; participação; mulher

Tudo é invenção, numa história em que deixa de haver o mais e o menos importante. A história é policêntrica ao infinito. Cada um de nós é, no momento e no lugar precisos, um centro possível. (Pintasilgo, 1985)

A grande empresa não é o plano pensado e repensado, a estrutura gigantesca que, com os seus tentáculos, tudo vai abafar, nem a mentalidade renovada, adaptada, ajustada, conformada. A grande empresa é mudar a vida. (ibid.)

1. Introdução

Ao escrever este artigo, que quer ser de homenagem à pessoa e ao pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo, defrontei-me com a dificuldade da escolha de qual o tema a abordar. Não por causa de escassez de hipóteses interessantes e plausíveis, mas, exactamente, pelo oposto, o excesso delas.

Por variadíssimas razões, os nossos caminhos, o meu e o da homenageada, foram-se cruzando, ao longo de algumas décadas, desde os meus tempos de universitária principiante, quando eu despertava para o valor do conhecimento e da cultura e, em simultâneo, procurava uma relação de verdade e consistência entre a minha fé cristã e o meu compromisso com a construção de um mundo justo, livre, desenvolvido e solidário e Maria de Lourdes Pintasilgo era, já então, uma referência incontornável no meio académico nacional.

Questões como a igualdade de direitos das mulheres e o seu papel na sociedade e na Igreja, a responsabilidade social da universidade e dos intelectuais na construção de um mundo mais justo e fraterno, a alfabetização e a promoção social comunitária das pessoas dos meios rurais e urbanos menos favorecidos, a abertura a uma mundividência de dimensão internacional e à importância dos organismos internacionais numa altura em que o País seguia ainda por caminhos de autismo face ao estrangeiro, a problemática do crescimento económico versus o desenvolvimento humano nos países emergentes, a política social como instrumento de construção de coesão social e reforço da solidariedade, a educação e a cultura como mediações necessárias para a criação de homens e mulheres novos, a perspectiva do saber cuidar como via para uma economia sustentável do ponto de vista ecológico e de coesão social, a defesa de uma democracia participativa e de uma globalização regulada com controlo democrático, tantas foram as preocupações intelectuais e os empenhamentos sociopolíticos, as suas e as minhas, que se foram sucedendo e enriquecendo ao longo dos anos. A lista poderia alongar-se com outras temáticas mais específicas. Estas referências ficam como sulcos de um caminho percorrido pela Maria de Lourdes Pintasilgo e desafio para que o mesmo possa continuar através de nós que partilhamos as mesmas inquietações e esperanças.

Fechado o parêntesis e regressando à escolha do objecto deste artigo, cabe-me esclarecer que, de entre as múltiplas opções possíveis, decidi-me por um tema que, dirigido à economia (a minha formação de base), a vai perspectivar no quadro mais amplo da cidadania e da participação, com destaque para o lugar que as mulheres são chamadas a desempenhar na construção do futuro colectivo deste mundo globalizado. É uma problemática a que Maria de Lourdes Pintasilgo dedicou boa parte da sua reflexão e do seu compromisso cívico, nas duas últimas décadas da sua vida.

Começarei por contextualizar a questão da economia contemporânea na sua dupla vertente de globalização capitalista desregulada e de financeirização crescente e seus efeitos em termos de perda de qualidade de vida humana, pobreza e exclusão social para largos sectores de população, e os obstáculos com que deparam os países emergentes para erradicarem a grande pobreza e conseguirem um desenvolvimento humano e sustentável. Referir-me-ei à economia do conhecimento que se perfila no horizonte, suas potencialidades e desafios.

Definido o contexto, analisarei a relação intrínseca entre economia e cidadania real, para concluir que, se legitimamente aspiramos à cidadania, não podere-

mos descurar algum meio de controlo democrático sobre a economia e garantir que o crescimento desta se processe aos menores custos sociais e ecológicos e com equidade na repartição dos respectivos proveitos (ponto 3).

A exemplificação de algumas iniciativas em ordem a uma economia cidadã constituirá o objecto do ponto 4, sendo o último tópico reservado explicitamente ao contributo específico das mulheres para a edificação de uma economia cidadã.

2. O contexto da economia contemporânea

A economia em que vivemos é, predominantemente, uma economia em processo de globalização crescente, baseada esta numa lógica de mercado e na maximização do lucro dos capitais investidos e onde a componente financeira assume importância cada vez maior.

Para se perceber o alcance da fase do processo de globalização em que nos encontramos, basta recordar que aquela não se confina já às volumosas trocas mundiais de mercadorias, como sucedeu no passado, sobretudo a partir da época dos descobrimentos em que os portugueses foram protagonistas de primeiro plano; tão pouco se restringe a uma mera especialização produtiva segundo o nível de industrialização e tecnologia disponíveis em cada país. Hoje, a globalização adquiriu propriedades típicas de uma realidade sistémica e determina a lógica de funcionamento do coração do sistema económico.

Esta mudança qualitativa foi possível graças aos avanços tecnológicos nos vários domínios, com destaque para a informação e comunicação, que colocam à disposição dos decisores económicos conhecimentos sobre os recursos (matérias primas, recursos humanos, capitais disponíveis, facilidades institucionais, comportamentos culturais e sociopolíticos, em qualquer ponto do Globo, bem como disponibiliza informação sobre as potencialidades de mercados nos vários países e regiões do mundo.

Por outro lado – e para que se perceba melhor a dimensão do processo de globalização em curso – cabe lembrar que o dinheiro tem, cada vez mais, a natureza de uma mercadoria que se transacciona à velocidade de um clic de computador (ordens de compra ou de venda de produtos financeiros na sua imensa variedade que ascendem a cerca de 95% do total das transacções no plano mundial).

Acresce que a economia, que hoje conhecemos, é uma economia desregulada que, permanentemente, cria novas necessidades e aspirações junto de potenciais compradores através da publicidade e de outras engenhosas operações de marketing. Ao invés, ficam por satisfazer necessidades básicas e aspirações a melhor qualidade de vida por parte das populações menos favorecidas. Por isso, não só não tem sido erradicada a pobreza, como seria de esperar, em função dos altos níveis de produção e produtividade alcançados, como tem crescido o número de excluídos, mesmo nos países economicamente mais ricos.

Por outro lado, assistimos, hoje, a uma mega competitividade agressiva que, em nome da maximização do lucro, conduz à desestruturação de muitas economias regionais e nacionais, gerando níveis de desemprego indesejáveis e insustentáveis e bem assim provoca a obsolescência precoce de equipamentos, com o correspondente avolumar de desperdício e custo ecológico.

O extraordinário progresso material alcançado no último meio século, que deveria ter servido para minorar a pobreza e os seus avatares de má nutrição, doença, morte prematura, falta de instrução, insalubridade, precariedade de habitação e insegurança física, vem sendo apropriado por uma minoria onde se concentra a riqueza e o poder económico.

Estamos chegando a um ponto tal que começa a admitir-se, com alguma generalidade e convicção, que a economia globalizada não pode mais continuar entregue apenas à sua lógica interna. O mercado não é tudo.

Perfila-se no horizonte um gigantesco desafio político para o qual algumas personalidades, cientistas sociais, líderes políticos, governos nacionais e instâncias internacionais, vêm chamando a atenção e esboçando propostas de solução.

Ao presidir à Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida (CIPQV), a Engenheira Pintasilgo deixou uma marca da abrangência do seu pensamento político e do seu empenho cívico em procurar novos rumos para melhorar a qualidade de vida das populações do Mundo. Significativamente, o relatório final, convertido em livro dado à estampa, teve por título «Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor» (CIPQV, 1998).

Mais especificamente, entre os economistas de profissão, sucedem-se vozes de qualificados académicos que recusam as «falsas verdades» propagandeadas pelo pensamento dominante: o mercado não é tudo e são inaceitáveis os modelos standartizados de cariz monetário «com que se pretende espartilhar a política macroeconómica», impondo-a às economias mais debilitadas que, assim, vêm inviabilizadas as suas potencialidades de desenvolvimento. Refiro-me, por exemplo, a dois destacados professores de economia, recentemente galardoados com o Prémio Nobel, Joseph Stiglitz e Amartya Sen. Posições como as suas abrem caminho a que se repense a relação entre a economia e a cidadania, relação que nunca deveria ter sido cortada.

3. Relação entre economia e cidadania

Começo por recordar que a cidadania não é um conceito meramente abstracto, visando perceber um certo modelo de relacionamento entre os seres humanos; nem sequer se pode confinar a um conjunto de direitos e deveres reconhecidos por certo quadro jurídico e postos em prática por uma organização política própria de certo território – seja este um País, uma região ou o vasto Mundo.

Considero a cidadania como uma dimensão existencial do modo de ser humano a qual assenta em três pilares fundamentais:

- O reconhecimento da dignidade de toda a pessoa humana, valor anterior a qualquer outro atributo;
- A garantia da liberdade de pensar, de se exprimir e de agir;
- A dimensão intrinsecamente relacional da pessoa humana, com o que isso comporta de criação e transmissão de cultura e de afirmação de justiça e solidariedade nas relações sociais.

A esta luz, a cidadania deve ser entendida como uma construção social, tanto no plano da reflexão teórica como no domínio das práticas sociopolíticas concretas. A cidadania vai-se aprendendo. Tal como a entendemos hoje, a cidadania é, certamente, mais exigente do que era para os gregos, para a República de Platão ou mesmo para os Iluministas da Revolução Francesa.

Um exemplo concreto desta evolução em exigência de conteúdo é a relativamente recente incorporação no conceito de cidadania dos chamados direitos económicos e sociais, entre os quais o direito à não exclusão social.

Que tem então a ver um conceito amplo de cidadania com a economia, entendida esta como o conjunto das actividades humanas que visam a produção de bens e serviços de modo eficiente e sua adequação às necessidades e interesses dos indivíduos e suas comunidades?

Uma formulação tão genérica como a anterior deixa, desde já, antever que tal relação se processa em dois sentidos:

- a economia repercute-se na cidadania;
- a cidadania tem impacto potencial na economia.

3.1. A economia repercute-se na cidadania

O caso mais ilustrativo é o que se passa com a pobreza e a exclusão social inerentes ao modo de funcionamento das economias. Vejamos o que se passa em Portugal.

Se exceptuarmos os dois ou três últimos anos, em que se registou alguma desaceleração e mesmo estagnação no crescimento económico nacional, assistimos, nas últimas 4 ou 5 décadas, a apreciáveis níveis de crescimento económico com o que isso comporta de modernização de estruturas produtivas, acréscimo de produtividade, elevação do nível médio de vida e bem-estar das populações. Contudo, este progresso económico não eliminou a pobreza e a exclusão social, antes a agravou sob múltiplos aspectos. As estimativas mais recentes acerca da extensão e intensidade da pobreza e da exclusão social são de molde a desafiar a cidadania.

Assim:

- Cerca de 22% da população portuguesa (mais de uma pessoa em cada 5) vive abaixo de um limiar de pobreza (rendimento inferior a 50% do rendimento mediano nacional *per capita*);

- Mais de 200 mil pessoas não têm sequer autonomia para assegurarem um nível mínimo de subsistência, dependendo de assistência alimentar;
- Um número considerável de pessoas e famílias, nomeadamente nas periferias das grandes cidades, vivem em alojamentos sem condições de habitabilidade e, só em Lisboa, estima-se em dois mil os cidadãos e cidadãs que não têm abrigo;
- Nos últimos anos, o desemprego e a precariedade do vínculo laboral afectam largas centenas de milhares de mulheres e homens (cerca de 450 mil desempregados);
- Mesmo entre as pessoas que possuem um emprego, verificam-se situações de pobreza, motivadas por baixos salários e precariedade de emprego;
- É ainda muito insatisfatória a acessibilidade a serviços públicos de educação, saúde e segurança social, assistindo-se, com justa preocupação, ao enfraquecimento de um estado de bem-estar social, que era, ainda, incipiente.

Relembro aqui estes dados para mostrar que, para além das implicações que tais situações têm na vida das próprias vítimas da pobreza e da precariedade, impedindo-as de acederem a uma cidadania de pleno direito, eles ilustram também, de forma eloquente, que, no plano colectivo, não poderá existir uma autêntica cidadania enquanto não estiverem asseguradas condições de vida decente para todos. Ou seja, temos uma cidadania ainda muito imperfeita, provocada, em parte, por uma economia que, não obstante o crescimento da produção, da riqueza e da eficiência, não assegura, antes prejudica, a existência de condições materiais de base para o exercício de uma cidadania plena.

Refiro-me a requisitos básicos relativamente a:

- satisfação de necessidades básicas de alimentação, habitação e segurança de boa parte da população;
- acesso ao trabalho digno, remunerado e com direitos reconhecidos, para toda a população em idade activa;
- escolaridade com sucesso para todos;
- acesso à prestação de cuidados de saúde;
- garantia de mínimos de segurança social.

Enquanto tais requisitos não se encontrarem satisfatoriamente preenchidos, teremos uma cidadania débil sujeita à ameaça permanente de fracturas sociais mais ou menos graves com repercussão na vida de todos, pobres e não-pobres, incluindo a própria economia. É o que veremos no tópico seguinte.

3.2. Terá a cidadania impacto na economia?

Tal como sucede com a cidadania, também a economia é uma realidade mutante. Os modos de produção vão-se transformando, por efeito da acção conjugada de

múltiplos factores, designadamente a tecnologia, a acumulação do capital, o conhecimento, as relações sociais. Os mercados ganham novas dimensões e tornam-se realidades cada vez mais complexas. A repartição da riqueza depende fortemente do poder económico cuja concentração é mais notória do que nunca, estando, presentemente, nas mãos das grandes empresas transnacionais a fixação das regras da diversidade, qualidade e preço dos produtos, bem como a imposição, pela via da competitividade agressiva, de regras de funcionamento dos mercados de factores, incluindo a fixação dos níveis das remunerações e demais condições de trabalho. Por seu turno, a globalização crescente da economia ganha contornos e especificidades que reduzem drasticamente a margem de acção dos governos nacionais na regulação das respectivas economias nacionais e nas suas políticas de repartição do rendimento.

Acresce que estamos, aliás, no caminho de um novo sistema produtivo baseado na economia do conhecimento que, cruzado com a globalização e a financeirização vigentes, virá trazer novos desafios à cidadania.

A globalização da economia vem de longe, mas tem-se processado a ritmo vertiginoso, sobretudo, a partir da década de 90. E se, hoje, são visíveis alguns ganhos em termos de abundância e variedade de bens, facilidades no acesso a níveis de consumo, conhecimento, conforto e bem-estar para uma parte da população dos países desenvolvidos e elites dos países emergentes, não podemos ignorar os elevados custos desta globalização desregulada.

Considerem-se, entre outros, os seguintes:

- o agravamento do fosso entre países ricos e pobres;
- o ressurgimento do fenómeno da pobreza e da exclusão social no seio dos países desenvolvidos onde se julgavam erradicados para sempre tais flagelos;
- o preocupante impacto ambiental do modelo em curso, com agravamento substancial de níveis de poluição, acumulação de lixo, esgotamento de recursos não renováveis, ameaças de catástrofes naturais;
- a excessiva concentração da riqueza e do poder económico, tanto à escala mundial como no interior de cada estado;
- a desestruturação de muitas economias nacionais em países ou regiões menos desenvolvidos, por efeitos da implantação de filiais de ETNs ou devido ao seguimento de políticas de ajustamento ditadas pelos Organismos Financeiros Internacionais;
- os efeitos nefastos das deslocalizações de empresas, processadas à margem da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e dos interesses das economias locais;
- os riscos do descalabro financeiro de alguns países, regiões ou mesmo ao nível mundial;
- o perigo de um alastramento da corrupção de larga escala e do terrorismo internacional.

Este quadro é conhecido dos analistas económicos e políticos e mesmo da opinião pública mais esclarecida, o que começa a motivar, um pouco por todo o lado, reacções mais ou menos organizadas por parte dos cidadãos e das cidadãs mais informados e motivados, para que se enfrentem estes novos desafios com critérios de uma cidadania evoluída.

O fundamento para esta mudança de atitude e comportamento reside num novo olhar acerca da economia e do seu modo de funcionamento, no entendimento de que esta não pode ficar confinada à empresa e ao mercado e aos interesses de quem os lidera. Tão pouco se pode cometer apenas aos governos e às administrações públicas o papel de regulação das respectivas economias nacionais.

Cada vez mais, os cidadãos e as cidadãs descobrem o seu papel de sujeitos activos na economia e se organizam para conferirem maior relevância à sua acção.

Esta assume duas vertentes concomitantes: a do protesto e denúncia das situações mais clamorosas e a de promoção de novas iniciativas empresariais assentes em lógicas não exclusivamente mercantis e voltadas para a satisfação das necessidades reais, sobretudo das populações mais desfavorecidas.

4. Iniciativas promissoras de uma economia cidadã

Um pouco por toda a parte, vão surgindo acções, ora espontâneas ora conduzidas por Associações de consumidores ou outras, que têm real impacto sobre os padrões de consumo, a qualidade e o preço dos produtos, a salvaguarda de requisitos ambientais e a aplicação de outras normas éticas de produção.

Os dirigentes das empresas, mesmo no caso das poderosíssimas multinacionais, sabem, hoje, que estão sob a vigilância permanente destas associações. Que o digam grandes empresas como a Nike (que, a dado momento, viu os seus produtos rejeitados devido à exploração que fazia do trabalho infantil em países asiáticos) ou a Nestlé em relação à substituição do leite materno em alguns países africanos, etc.

Para além deste tipo de pressão por parte dos cidadãos-consumidores e suas organizações, cabe destacar que, de modo geral, os consumidores estão hoje mais conscientizados relativamente ao «isco» do consumismo e organizam-se em movimentos que defendem a sobriedade e a simplicidade de vida, o consumo responsável e atento à dupla exigência de equilíbrio ecológico e de equidade social, o comércio justo. Será, por ora, apenas uma minoria, mas uma minoria que vai fazendo caminho e ganhando peso crescente no tecido social.

Por seu turno, também os cidadãos-investidores não estão dispostos a delegar cegamente a sua responsabilidade nas instâncias de intermediação financeira (bancos e seguros). Querem ter uma palavra a dizer na gestão e aplicação dos seus fundos.

Para tal, associam-se e criam organizações de certificação de fundos éticos, isto é, aplicações financeiras com garantia de que são respeitados requisitos devi-

damente explicitados os quais vão desde a recusa da exploração do trabalho infantil ou do trabalho escravo ou dos investimentos na produção e comércio de armas, até à obrigatoriedade de cumprimento de normas ambientais seguras, compromissos fiscais e equidade nas condições de trabalho e relações sociais.

Com estes exemplos, e outros se poderiam apresentar, pretendo mostrar que, presentemente, existe um gigante, por ora ainda adormecido, mas que começa a dar sinais de que está pronto a despertar e a querer desempenhar papel condigno no palco da economia¹.

No plano internacional, o Fórum Social Mundial, tendo começado, modestamente, em Porto Alegre há menos de 5 anos, já adquiriu foros de real protagonismo na cena mundial e as suas reivindicações não podem mais ser ignoradas no tabuleiro das relações económicas internacionais, tanto por parte das empresas multinacionais, como pelas autoridades económico-financeiras, nacionais e supranacionais.

5. O fortalecimento da economia social ou terceiro sector

Outro paradigma da acção cidadã na vida económica consiste no fortalecimento da chamada economia social ou terceiro sector.

A globalização da economia é um fenómeno irreversível. Mas será que deverá vir a ocupar todo o espaço das relações económicas?

Penso que não, pela simples razão de que a globalização, tal como a conhecemos, é, inequivocamente, produtora de exclusão e esta, a prazo, voltar-se-á contra a própria economia, além de constituir uma evidente incongruência numa democracia desenvolvida.

A médio prazo, a exclusão social é, politicamente, insustentável numa sociedade democrática.

Por outro lado, a globalização não valoriza por inteiro os recursos existentes num dado território (recursos humanos, património, cultura e saberes específicos, etc.), nem preenche vastos campos de necessidades reais das respectivas populações, designadamente aquelas cuja satisfação releva, pela sua própria natureza, da produção de bens e serviços de proximidade. Abre-se, assim, um vasto domínio à iniciativa dos cidadãos e das cidadãs que, fora do mercado formal de emprego (por razões de idade, opção pessoal ou, até, devido à exclusão ditada pelo mercado), podem, no entanto, desempenhar actividades de utilidade social e cívica nas comunidades onde se integram. Cabem aqui não só o trabalho de voluntariado em associações sem fim lucrativo, como iniciativas de criação de

¹ Imagine-se, por exemplo, o que representaria para uma dada instituição bancária portuguesa se apenas 10% dos seus 4 ou 5 milhões de clientes decidissem retirar os seus depósitos até que a mesma revisse a situação escandalosa do sistema retributivo dos seus administradores? Ora, esta acção está ao alcance de um mero clic de computador...

empresas segundo lógicas de produção e de aproveitamento de recursos que, não relevando, exclusivamente, da maximização dos lucros e da competitividade, não deixam de ser eficientes como empresas.

A extensão e a importância deste chamado terceiro sector ou economia social constituem um bom indicador do nível de desenvolvimento humano e da qualidade da vida das populações. E, porque reflectem o interesse e o empenho dos cidadãos e das cidadãs na economia, são um bom expoente do avanço da própria cidadania.

6. O papel das mulheres na construção de uma economia cidadã

No relatório da Comissão Independente População e Qualidade de Vida (CIPQV), a que já anteriormente fiz referência, reserva-se um capítulo especial ao papel das mulheres na construção daquilo a que a mesma Comissão designou por *Um programa radical para viver melhor* (Cuidar o futuro). Parte-se de uma constatação que, a meu ver, é uma síntese feliz do movimento histórico da emancipação das mulheres que tem alastrado a todo o Mundo nos últimos cem anos.

Ao longo de todo o século XX, ocorreu uma grande transformação na civilização: a evolução do poder das mulheres, juntamente com o reconhecimento dos seus direitos como direitos humanos. Esta transformação silenciosa foi conseguida através de um esforço tenaz e incessante. As suas consequências devem, inevitavelmente, alterar as relações entre os sexos e as condições específicas dentro de cada sociedade; o seu impacto na vida política, económica e social, nacional e internacionalmente, será fundamental (CIPQV, 1998).

No que à economia se refere, há que lembrar que as mulheres, que desde sempre deram um contributo decisivo à economia doméstica, têm vindo a assumir, desde a Revolução industrial, um papel do maior relevo na produção mercantil: primeiro, na agricultura, quando os homens deixaram a terra e foram para as fábricas ou, mais tarde, emigraram dos seus países, deixando por preencher postos de trabalho até então considerados masculinos; posteriormente, na indústria, sobretudo em certos sectores específicos, em regra os que pagavam mais baixos salários e exigiam tarefas que desagradavam aos homens. Porém, foi, sobretudo, com o desenvolvimento do sector terciário que maior expansão conheceu o trabalho mercantil das mulheres.

Presentemente, as mulheres participam na actividade económica de produção com taxas de actividade equivalentes às dos homens nas várias faixas etárias, incluindo a que corresponde à maternidade.

Entretanto, o princípio da não discriminação sexual do salário mereceu consagração internacional e foi adoptado pelo ordenamento jurídico da generalidade dos países, o que é, seguramente, um avanço no plano da cidadania e dos direi-

tos humanos; contudo, os dados estatísticos evidenciam que, embora mais moderada do que no passado, tal discriminação persiste. Como persiste também a desigualdade em desfavor das mulheres no que se refere ao acesso e à promoção nas carreiras e no montante global de remunerações auferidas.

Por seu turno, há que reconhecer que a globalização da economia tem trazido algum retrocesso em matéria de igualdade de género no trabalho, com destaque para o desemprego involuntário e para os baixos salários. Em ambas estas situações, as mulheres estão sempre sobre-representadas.

Por outro lado, a competitividade agressiva veiculada pela globalização que conhecemos, impondo ritmos e horários de trabalho demasiadamente exigentes, tem prejudicado os esforços que vão no sentido de uma melhor conciliação entre vida familiar e vida profissional de que resultam consequências particularmente nefastas para as mulheres e as crianças.

A presença das mulheres na vida económica é ainda marcada pelo peso que assume a economia de subsistência em muitos países, a qual, quase sempre, está a cargo das mulheres.

São as mulheres que, mais directamente, têm de fazer face aos vários tipos de crises, sejam estas provocadas pela desestruturação das economias locais², o desemprego de longa duração, as guerras ou as deslocações massivas de refugiados.

São as mulheres que «inventam» novos recursos e os aproveitam para suprir as necessidades mais básicas das suas famílias.

Em situações de grande pobreza e subdesenvolvimento, muitas vezes, foram as mulheres que lançaram mão aos primeiros projectos comunitários de abastecimento de água, energia ou saneamento, que reactivaram o artesanato local e o comercializaram, que formaram cooperativas de produção e comércio de produtos agrícolas, que criaram novos serviços de proximidade com utilidade social.

Há exemplos muito curiosos e edificantes em vários países e em diferentes domínios, o que prova só por si o potencial de criatividade e capacidade económica de que as mulheres dispõem.

As mulheres têm também sido as primeiras a recorrer ao microcrédito.

A este quadro de potencialidades, está, porém, longe de corresponder uma equivalente igualdade na repartição do poder económico. Continua a verificar-se uma grande invisibilidade das mulheres nas tomadas de decisão relativamente à orientação da economia, tanto no plano internacional, como nacional, incluindo os países economicamente mais desenvolvidos.

É certo que é cada vez maior o número de mulheres com qualificações académicas e que desempenham missões de relevo na banca, como nas grandes empre-

2 É o caso, por exemplo, da substituição das culturas de subsistência pela monocultura intensiva, cujos ganhos substanciais ficam nas mãos das multinacionais e seus intermediários, sem permitir substituir por novos empregos os postos de trabalho perdidos e sem dotar as populações autóctones com poder de compra suficiente para se abastecerem de bens essenciais no mercado.

sas ou em acessórias em organismos económicos públicos e privados. Todavia, a progressão nas respectivas carreiras nem sempre respeita o critério da igualdade de género. Situação análoga se observa nos media em que é manifesta a tendência para não dar a palavra às mulheres no âmbito da economia ou da política, sobretudo quando se trata de programas de debate de ideias ou opiniões³.

Reforçar a visibilidade das mulheres no sector da economia (e da política) é não só dar cumprimento a um direito humano fundamental como abrir uma porta a uma economia mais humanizada, uma economia cidadã.

Referências bibliográficas

- (CIPQV) Comissão Independente População e Qualidade de Vida (1998), *Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1985), *As minhas respostas em diálogo com Eduardo Prado Coelho, Jaime Nogueira Pinto, João Carlos Espada*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1985), *Dimensões da Mudança*, Porto, Edições Afrontamento.

Manuela Silva é economista. Professora Catedrática (aposentada) de Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa. Ex-secretária de Estado do Planeamento do 1º Governo Constitucional. Membro do Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre a Estratégia de Mainstreaming para a Igualdade de Oportunidades. É autora de várias obras.

3 Deixo à revista *ex-aequo* (ou a quem o desejar agarrar...) o desafio de promover um projecto de investigação que analise a presença das mulheres nas áreas da economia e da política nos programas da televisão pública, por exemplo nos últimos 5 anos, e promova a criação de um Observatório sobre a aplicação do direito à igualdade de género neste domínio.